



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de buffet corporativo (café da manhã, *coffee break*, *welcome coffee e brunch*), com o oferecimento de produtos, equipamentos e mão de obra, objetivando suporte necessário aos eventos que serão realizados por este Órgão, a contar das necessidades da Administração, em conformidade com a Lei 10.520/2022, em razão de ser o objeto comum, e, subsidiariamente, nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências, e o Decreto Estadual nº 46.642/2019 (Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro).

1.2 Será observado, no que couber, as disposições locais vigentes expedidas por órgãos e entidades locais de vigilância sanitária, a exemplo do Decreto Municipal nº 45.585/2018, que dispõe sobre o regulamento administrativo do Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, de que trata a Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018, no tocante ao licenciamento sanitário e aos procedimentos fiscalizatórios, além da observância a demais disposições aplicáveis.

2. DA MODALIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação será realizada através de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2. Para esta contratação, manifestar-se-á a observância aos ditames da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, em detrimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. O REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O Objeto será executado segundo o Regime de Execução de **Empreitada por Preço Unitário**, nos termos do art. 6, VIII, alínea “b” da Lei nº 8.666/1993, para cada tipo de serviço de Buffet (café da manhã, *coffee break*, *welcome coffee e brunch*).

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro desempenha papel fundamental para a sociedade fluminense, atuando como órgão central do Estado no tocante à administração fiscal, tributária, financeira, contábil e de tesouraria, o qual tem por missão o provimento e gerenciamento dos recursos que viabilizam a gestão do Governo, com transparência, isenção e tempestividade, prestando contas e disponibilizando com agilidade as informações necessárias para o contínuo aperfeiçoamento do controle fiscal e social do Estado.

4.2 Nos termos do art. 1º da Resolução SEFAZ n.º 48, de 18 de junho de 2019, o órgão tem como finalidades o gerenciamento do Sistema Tributário Estadual para garantir a efetivação do potencial contributivo da economia e assegurar o controle da arrecadação tributária, inclusive no tocante às receitas não-tributárias previstas na Lei nº 5.139/2007; a formulação e implementação de políticas que garantam a justiça fiscal, promovendo a tributação, a arrecadação e a fiscalização; e a instituição, manutenção e aprimoramento dos sistemas de normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Por conseguinte, fundamental explicitar neste processo as competências da área demandante, qual seja: Da Coordenadoria de Serviços Compartilhados, conforme Resolução 409/2022, *verbis*:

“Art. 9º - Compete à Coordenadoria de Serviços Compartilhados:

I - coordenar as Divisões de Zeladoria, Almoxarifado e Transporte, dando suporte gerencial para as ações operacionais, bem como municiar o Departamento Geral de Administração e Finanças e a Subsecretaria de Administração com informações que permitam uma melhor tomada de decisão;

II - atender os clientes internos e externos, garantindo que as demandas inerentes às Divisões não fiquem sem o devido respaldo;

III - gerir as equipes das divisões, zelando para que os cargos se tornem cada vez mais produtivos;

IV - garantir que o Departamento Geral de Administração e Finanças e a Subsecretaria de Administração estejam cientes de toda e qualquer demanda que possa vir a causar impacto externo;

V - zelar para que as ações de fiscalização dos contratos pertinentes ao setor estejam de acordo com os regramentos vigentes, bem como garantir que os processos de faturamento sejam analisados e encaminhados para a Coordenadoria de Gestão de Contratos somente com a despesa devidamente prestada e atestada”.

4.3 A referida Coordenadoria atua nos serviços diários do órgão no que compete às Divisões de Transporte, Zeladoria, Segurança e Almoxarifado, de forma que se compreendeu a competência da área como demandante para realização da confecção oficial da demanda, com vistas a, posteriormente, se realizar procedimento licitatório, afim de contratação de empresas especializadas em fornecimento de serviços de buffet, quais sejam: (1) café da manhã, (2) coffee break, (3) welcome coffee, (4) brunch. Considerando a diversidade de atuação da equipe de Zeladoria, setores que pretendem promover eventos, cursos, palestras, recepção de autoridades e atividades correlacionadas, buscam rotineiramente, junto à coordenadoria de serviços a compreensão sobre a existência de serviço de *buffet* para atendimento de suas

variadas demandas, no sentido de promover recepções de diversos tipos. Ocorre que, dada a inexistência de contratação vigente neste sentido, pelo menos no que se volta às demandas inauguradas pela Subsecretaria de Administração da Pasta, todas as solicitações de serviço no sentido aqui tratado foram negadas por impossibilidade de atendimento. Nesse sentido, visando a solução mais fundamentada e com maior condição de controle e mapeamento de riscos possíveis, compreendeu-se pela oficialização da demanda de *buffet* para atendimento da demanda

4.4 Observa-se que diante da ciência de que certa diversidade entre os eventos, seja de horário, motivação para a reunião ali definida, compreende-se que a demanda abarcaria

4 (quatro) tipos de *buffet* corporativo, quais sejam: **café da manhã**, **coffee break**, **welcome coffee e brunch**. Conforme acima mencionado, esta Coordenadoria atua em 4 pilares de serviços, sendo Divisão de Transportes, Divisão de Almoxarifado, Divisão de Segurança e Divisão de Zeladoria. Esta última abarcando uma gama de atribuições que abrange os serviços de limpeza, recepção, copeiragem, ascensorista, telefonista e secretariado, dentre outras, além do zelo aos edifícios em que ocorrem atividades desenvolvidas pela pasta fazendária de forma geral.

4.5 Assim, observa-se que embora a coordenadoria de serviços seja para o devido fim legal de contratação área demandante, trata-se de setor que virá a ser oportunamente demandado diante de serviço não existente atualmente ou em passado recente, o que retira a oportunidade de obtenção de dados para estimativa aproximada de quantitativo anual.

4.6 Dessa forma, considerando possibilidades de horários e consequentes diferenças no consumo de alimentos ao longo do dia - haja vista que alguns se dariam em momento de refeição como café da manhã, outras em horário mais próximo ao almoço, optou-se pela versatilidade das possibilidades de escolha, de modo que o horário mais conveniente aos solicitantes do evento possa ser atendido de forma satisfatória, considerando sempre a razoabilidade, a eficiência, a economicidade, o comprometimento e zelo com o recurso público.

Como diferença entre os 4 (quatro) tipos de serviço, verifica-se que derivam das inúmeras possibilidades de formatos de eventos, horários, quantidade de pessoas, culminando no entendimento de que cada cardápio tenha vínculo com um formato de evento.

4.7 Para eventos mais cheios e no início da manhã, como abertura e encerramento de cursos relevantes aos servidores desta Secretaria de Estado, a ideia é optar por **café da manhã**. Já para receber autoridades em eventos simples e curtos, para poucas pessoas, pela manhã, a ideia seria o **welcome coffee**; para pausas em cursos de capacitação extensos em turnos de manhã ou tarde, a ideia seria **coffee break**; e para receber autoridades em horário de almoço, em existência de congressos, grupos de trabalho, encontros mais longos, a ideia seria **brunch**.

4.8 Diante do requisitado, demonstra-se expressamente a específica atenção a não requisição por alimentos e utensílios de luxo ou mesmo a utilização comum do serviço de forma demasiada pelos setores, sendo oportunamente firmada a intenção de que haja acompanhamento contínuo do saldo contratual, utilização por subsecretaria e solicitação justificada dos setores e autorização do subsecretario de administração, subsecretario geral ou do titular da pasta para a autorização da utilização do serviço para o fim requerido. Observa-se que tal pretensão de autorizações é salvaguarda de recursos e também se volta ao respeito pelo acompanhamento de orientações da gestão e não inova no contexto administrativo, posto que se assemelharia ao formato de solicitação de passagens aéreas, que demandam além da requisição do setor e

aprovação da chefia imediata daquele setor requisitante, a aprovação de autoridade competente e posterior aprovação de valor.

4.9 No mais, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro visa com a presente contratação proporcionar suporte às atividades institucionais e de desenvolvimento de servidores no âmbito das competências da SEFAZ/RJ, promovendo a integração e a intensificação da participação social. A organização da atividade requerida envolve o fornecimento, o preparo, o acompanhamento e a manipulação de alimentos a serem servidos nos eventos oportunamente realizados por esta Secretaria, tarefas que, pela sua singularidade, dependem necessariamente da assessoria de uma empresa especializada, que detenha expertise para a escolha dos equipamentos, dos produtos e dos materiais fundamentais à prestação dos serviços com a qualidade esperada.

4.10 A contratação tem o intuito de obter o fornecimento do serviço de buffet, contendo os serviços de café da manhã, coffee break, welcome coffee e brunch nos eventos referentes às capacitações, palestras, reuniões e demais eventos realizados pela SEFAZ/RJ, com a finalidade de promover um momento de sociabilização e interação, com trocas relevantes entre o órgão anfitrião e seus visitantes. Os serviços de café da manhã, brunch, welcome coffee e coffee break são todos relacionados à alimentação e bebidas, mas diferem em seus propósitos, horários, cardápios e formatos.

4.11 Ainda, as Subsecretarias da Pasta, de forma recorrente precisam promover eventos de integração, apresentação de resultados, apresentação de informações sobre atuação em órgãos estaduais ou em Secretarias Municipais de Fazenda, de modo a haver aproximação entre o órgão central de fiscalização, tributação, contabilidade e tesouraria com os demais. Além disso, a Escola Fazendária do Rio de Janeiro (EFAZ), que é vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, tem como missão principal proporcionar o aprimoramento contínuo de servidores para desempenho de suas atividades institucionais e seu desenvolvimento no âmbito das competências da SEFAZ/RJ, bem como promover a compreensão e a intensificação da participação social na gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

5. DO OBJETO

5.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de café da manhã coffee break, welcome coffee e brunch, a fim de realização de eventos a contar das necessidades da Administração, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), e o Decreto Estadual nº 46.642/2019 (Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro).

5.2. O objeto da demanda, de acordo com o catálogo de materiais e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com o seguinte ID:

Código do item	ID	Descrição	Unidade de medida
-----------------------	-----------	------------------	--------------------------

0672.001.0012	121806	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de café da manhã.	Por pessoa
0672.001.0013	121807	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Coffee Break	Por pessoa
0672.001.0014	121808	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de welcome coffee	Por pessoa
0672.001.0015	121809	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de brunch	Por pessoa

5.3. Na execução dos serviços deverão ser empregados profissionais que serão responsáveis pela execução plena dos trabalhos, devendo garantir o bom andamento dos mesmos.

5.4. Trata-se de serviço comum sem fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

6 .DESCRIÇÃO, MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1. A contratação prevê uma estimativa de 5 (cinco) eventos ao ano para cada tipo de serviço, podendo variar para mais ou para menos, tendo de 15 (quinze) participantes, no mínimo, e até 200 (duzentos), no máximo, de acordo com a necessidades da SEFAZ, respeitando as condições, especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência.

6.2. A SEFAZ/RJ solicitará o serviço, preferencialmente por meio eletrônico, com prazo mínimo de antecedência a depender da quantidade de pessoas participantes do evento, vide tabela abaixo, garantindo o local adequado ao trabalho da empresa contratada e indicando o responsável pelo evento.

QUANTITATIVO DE PESSOAS	PRAZO MÍNIMO
Até 50 pessoas	3 (três) dias úteis
Até 100 pessoas	4 (dias) dias úteis
Até 200 pessoas	5 (cinco) dias úteis

6.3. Quanto à duração dos eventos, irá variar de acordo com a necessidade da Contratante, não

compreendendo o período de montagem/arrumação dos alimentos e bebidas. O número de participantes e horário de cada evento serão diversificados, e irão atender as necessidades da SEFAZ/RJ.

6.4. A contratada deverá fornecer o quantitativo necessário de alimentos, bebidas, material e pessoal de apoio a fim de atender de forma satisfatória os participantes dos eventos, elaborando os cardápios de acordo com a quantidade de participantes nos eventos.

6.5. A contratada deverá repor, durante todo o evento, os itens ofertados do cardápio confeccionado para o evento.

6.6. A organização dos serviços contratados deverá ser feita pela CONTRATADA diretamente no local designado, com antecedência mínima de 2 (duas) horas, conforme alinhamento a ser feito com a coordenadoria de serviços compartilhados no endereço de e-mail: servicoscompartilhados@fazenda.rj.gov.br, de forma que o serviço esteja disponível no horário programado.

6.7. No preço deverão estar inclusos todos os custos com mão de obra, produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como impostos e demais encargos que incidam sobre os serviços prestados.

6.8. A CONTRATADA deverá destacar um funcionário para efetuar a coordenação das atividades que se referem à organização e inspeção dos serviços de fornecimento de café da manhã, coffee break, welcome coffee e brunch, no local de prestação dos serviços, para atender as eventuais demandas no período de prestação do serviço.

Cardápio Mínimo

6.9.1. É de responsabilidade da CONTRATADA o quantitativo de alimentos, bebidas e materiais/utensílios, para atendimento da demanda solicitada, considerando o número de pessoas que participarão dos eventos, se obrigando a fornecer a quantidade necessária à prestação dos serviços com qualidade, conforme especificações da ordem de serviço e observado as disposições elencadas no Anexo A deste Termo de Referência.

6.9.2. Por conseguinte, vale salientar que todos os custos com o fornecimento são de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo a preparação, acondicionamento, embalagens e transporte.

6.9.3. Os quantitativos são calculados de acordo com a quantidade mínima e máxima de participantes em cada café da manhã, coffee break, welcome coffee e brunch .

6.9.4. Os alimentos e serviços deverão ser fornecidos em boa qualidade, dentro do prazo de validade e dispostos de forma harmoniosa nas travessas e bandejas, bem como servidos em temperatura adequada para cada tipo de produto e ocasião.

6.9.5. As bebidas servidas em jarras ou garrafas térmicas deverão ser corretamente identificadas, bem assim os sabores e recheios de alimentos.

Material de Apoio

6.10.1. O material para uso no serviço será fornecido pela CONTRATADA, padronizado, limpo e sem qualquer defeito, incluídos todos os que sejam necessários para a boa execução do serviço, sendo exigido o fornecimento de, no mínimo:

- a) Os apetrechos em metal, tais como, talheres de mesa e de serviço, bandejas, baixelas, travessas, bules, açucareiros, porta-adoçantes e garrafas térmicas, dentre outros, deverão ser em “inox”, modelo liso, sem ornamentos excessivos;
- b) Jarras para sucos e os copos de mesa em vidro fino, incolor e liso, sem ornamentos;
- c) Louças, tais como: pratos, xícaras de chá, pires etc., deverão ser em porcelana branca, fina, lisa, sem quaisquer ornamentos ;
- d) Toalhas e sobre toalhas em algodão, lisas, na cor branca ou em tons pastéis, sem desenho ou estampas;
- e) Guardanapos de papel, brancos, lisos, sem estampas ou desenhos e de boa qualidade;
- f) Caixa térmica para manter as bebidas geladas;
- g) Porta guardanapos;
- h) Sachês de açúcar e de adoçante;
- i) Palhetas descartáveis para café/chá;
- j) Copo térmico descartável de 120ml para café/chá;
- k) Copo descartável de 250ml para suco/refrigerante;
- l) Pratos de sobremesa descartáveis;
- m) Colheres e garfos de sobremesa descartáveis

6.10.2. No que se refere ao pessoal de apoio, a CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos na mesa, em quantitativo necessário para a execução do serviço nos dias de eventos.

6.10.3. No mais, os alimentos deverão ser transportados bem-acondicionados, em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação e validade até o momento de serem consumidos.

6.10.4. A contratada poderá utilizar a área de copa, localizada no andar de realização dos eventos (20º andar), para fins de alocação dos alimentos, bebidas e materiais, bem como sua devida higienização, não sendo permitido utilizar equipamentos a gás.

6.10.5. Recomenda-se a visita antes da primeira atuação de cada empresa, a fim de verificar condições de espaço, compatibilidade elétrica, possibilidades de acondicionamento e mesas, entre outros.

Pessoal de Apoio

6.11.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos na mesa, em quantitativo necessário para a execução do serviço, nos dias e turnos dos eventos.

6.11.2. O serviço deverá ficar disponível para os participantes durante todo o período previamente acertado, inclusive com as reposições dos itens constantes do cardápio específico do evento.

6.12. A CONTRATADA deverá dispor de materiais, equipamentos e pessoal especializado, de modo a permitir a perfeita execução do serviço.

6.13. Os alimentos deverão ser fornecidos bem-acondicionados, em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

6.14. A CONTRATADA poderá utilizar a área de copa, localizada no andar superior ao de realização dos eventos (20º andar), para fins de alocação dos alimentos, bebidas e materiais, bem como sua devida higienização, não sendo permitido utilizar equipamentos a gás.

6.15. Ficará à disposição da CONTRATADA 01 (uma) mesa octogonal e 02 mesas retangulares, cujas imagens e dimensões constam no **ANEXO B**, que poderão ser utilizadas para montagem e organização dos alimentos, bebidas e materiais.

6.16. A limpeza posterior da copa que atende o evento é de responsabilidade da CONTRATADA.

6.17. A CONTRATANTE não se responsabilizará por itens de propriedade da CONTRATADA durante os eventos ou que, porventura, sejam deixados ou esquecidos no local dos eventos.

6.18. O quantitativo de alimentos, bebidas e materiais/utensílios para atendimento da demanda solicitada é de responsabilidade da CONTRATADA, considerando o número de pessoas que participarão dos eventos, se obrigando a fornecer a quantidade necessária à prestação dos serviços com qualidade.

6.19. Todos os custos com o fornecimento são de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo a preparação, acondicionamento, embalagens, transporte e outros.

6.20. A CONTRATADA deverá observar as normas de higiene e acondicionamento dos alimentos, prazo de validade, temperatura, embalagem e manuseio, conforme consta na RDC nº 216, de 15 de dezembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

6.21. A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto Estadual nº 43.629/2012, no que couber.

Critérios de Aceitabilidade e Julgamento das Propostas

6.22. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o do maior preço estimado por item, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestadamente inexequíveis.

7. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A CONTRATADA deverá estar apta para iniciar o fornecimento dos serviços contratados, nos dias em que for solicitada a operar, no seguinte endereço Avenida Presidente Vargas, 670, Centro – Rio de Janeiro, conforme tabela trazida no item 6.2 acima.

7.2. A Coordenadoria de Serviços Compartilhados será responsável pelo recebimento e acompanhamento da empresa prestadora de serviços em visita técnica.

7.3. O setor da Secretaria de Estado de Fazenda que for organizador do evento será responsável pelo recebimento e acompanhamento da empresa prestadora de serviços quando da execução programada do contrato.

7.4. A organização do Café da Manhã, coffee break, welcome coffee e brunch deverá ser feita pela CONTRATADA diretamente no local designado, com antecedência mínima de 02 (duas) horas, de forma que o serviço esteja disponível no horário programado.

7.5. Caso haja alteração de dias da prestação dos serviços, a critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA será notificada no período mínimo de 3 (três) dias corridos anteriores às datas constantes no subitem 6.2 deste termo de referência.

7.6. Caso haja alteração de horário, mantendo-se o dia da prestação de serviço, a CONTRATADA será notificada até 24h antes.

7.7. A CONTRATADA poderá realizar visita técnica prévia ao local do evento, em horário previamente agendado com a Coordenadoria de Serviços Compartilhados, através de telefone (21) 2334-4771 ou e-mail: servicoscompartilhados@fazenda.rj.gov.br, para verificação do local e alinhamento dos detalhes que se fizerem necessários.

7.8. A entrega dos serviços contratados será acompanhada pelo setor solicitante do evento e servidores anteriormente designados através de portaria para fiscalização, sendo os fiscais do contrato competentes para verificarem de imediato a qualidade do apresentado.

8. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.1. O recebimento provisório do objeto deverá ser realizado no momento da entrega, em cada um dos dias de realização do evento, no local indicado no subitem 6.1 deste Termo de Referência, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

8.1.1. Os produtos alimentícios e os materiais de apoio poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e apresentarem qualquer característica de odor, cor, aparência, má qualidade de conservação, entre outros casos que possam causar danos à saúde dos participantes que consumirem o alimento, bem como rachadura, quebra, arranhões, manchas, entre outros que possam afetar a qualidade da prestação dos serviços, devendo ser substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. A atestação técnica será promovida em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório do último evento da prestação do serviço, após verificação da qualidade, quantidade e do atendimento das especificações, devidamente atestada na nota fiscal correspondente.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica deverão ser apresentados o(s) seguinte(s) documentos:

9.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da contratação, nos termos do artigo 30, II da Lei Federal nº 8.666/93.

9.1.1.1 A comprovação de aptidão referida no item anterior, será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

9.1.1.1.1 O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

9.2. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para fornecimento de um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total de itens e do serviço a ser contratado, com indicação da descrição, parâmetros, atendimento, cumprimento de prazo e demais condições do serviço.

9.2.1. Para atendimento do percentual indicado no subitem anterior, será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimentos/serviços realizados que sejam compatíveis com o objeto desta licitação.

9.3. Declaração de disponibilidade ou de que reúne condições de apresentar em momento oportuno licença/alvará sanitário expedido pelo órgão sanitário local, em plena vigência, comprovando que a empresa possui condições higiênicas-sanitárias para o fornecimento de alimentos, em consonância com as Leis Federal e Municipal.

9.4. A SEFAZ poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a contratada deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

10. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- e) decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

Regularidades Fiscal e Trabalhista

10.2.1. PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, que será realizada da seguinte forma:
- c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
- c.1.1) O fornecedor poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.2.1) caso o fornecedor esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva

com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

11.1. O prazo de vigência do contrato, assim como o da execução dos serviços, será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato como termo inicial de vigência, desde que posterior à data da assinatura do contrato, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, se presentes a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a SEFAZ/RJ, atestadas expressamente pelo setor competente, na forma do Inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

12. REAJUSTE

12.1. O valor do contrato será passível de reajuste, após a anualidade da data da proposta, a fim de compor a variação efetiva do custo do produto no decorrer do contrato, sofrendo a incidência de atualização financeira pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde que seja requerido pela contratada.

12.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será dotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, neste Termo de Referência e da legislação vigente, e da proposta, respondendo a Contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

13.2. Os representantes da Contratada, sob pena de responsabilização administrativa, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

13.3. A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

13.4. O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual nº 45.600/2016 e na Resolução SEFAZ Nº 409 de 07 de Julho de 2022.

13.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação de serviços e da alocação de recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e será acompanhada e fiscalizada por representantes da contratante, devidamente indicados para esse fim, designados por portaria SEFAZ/SUPCC – Superintendência de Compras e Contratos.

13.6. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

13.7. A comunicação com a contratada poderá ser feita por contato telefônico (posteriormente formalizada por escrito) ou por escrito, podendo ser por carta ou e-mail institucional.

13.8. Ao fiscal designado pela SEFAZ-RJ caberá o ateste das faturas dos serviços, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, e na Proposta detalhe.

13.9. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a SEFAZ/RJ reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

14.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14.4. Cuidar para que os seus funcionários se apresentem à Contratante uniformizados/identificados adequadamente.

14.5. Paralisar, por determinação dos fiscais designados pela Superintendência de Compras e Contratos da Secretaria de Estado de Fazenda- SEFAZ, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.6. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

14.9. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

14.10. Manter, durante toda a duração da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

14.11. A CONTRATADA, no ato da contratação, deverá possuir conta corrente no Banco Bradesco, a fim de viabilizar o pagamento pela CONTRANTE.

14.12. A CONTRATADA deverá observar as normas de higiene e acondicionamento dos alimentos, prazo de validade, temperatura, embalagem e manuseio, conforme consta na RDC nº 216, de 15 de dezembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações relativas à boa execução do objeto da contratação.

15.2. Ordenar substituições que se fizerem necessárias, tudo às expensas da CONTRATADA, na hipótese de qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto contratado.

15.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

15.4. Receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e no contrato.

15.5. Verificar (fiscal e organizador), no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta detalhe, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

15.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com este Termo de Referência.

15.7. Verificar a manutenção das condições de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência.

15.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, no prazo e forma estipulados neste termo de referência.

16. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

16.1. As proponentes deverão preencher a planilha de custos e formação de preços, conforme o **ANEXO C** deste Termo de Referência.

16.2. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final proposto, conforme **ANEXO C** deste Termo de Referência.

16.2.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto, observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do item ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada.

17.2. O pagamento será realizado conforme prestação do serviço, sendo a ocorrência de cada evento considerada como fato gerador e ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o ateste da nota fiscal pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual.

17.3. Para a liberação do pagamento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal condizente ao objeto contratado e ao serviço prestado.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, sem ônus para a Contratante. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias corridos ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da reapresentação da documentação correta.

17.6. Os valores relativos aos serviços prestados serão faturados considerando o acordo de nível de serviço previsto no **ANEXO D** do presente Termo de Referência.

17.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

17.8. O pagamento devido à **CONTRATADA** não excederá os valores apresentados em sua proposta comercial.

18. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

18.1. A contratante adotará Acordo de Nível de Serviços – ANS como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela contratada, no **Anexo D**, respeitados os termos da Resolução SEPLAG nº 843, de 28 de dezembro de 2012.

18.2. A prestação de serviço será monitorada para a avaliação da execução do serviço pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

18.3. Haverá dedução no valor da remuneração da contratada, caso prazos e critérios não sejam atendidos, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução deste objeto, conforme faculta o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Verifica-se a baixa complexidade do objeto, o valor ínfimo implica em menores riscos de inexecução parcial e total das cláusulas contratuais, ao passo que, exigir a apresentação de garantia traria ônus irrazoável à contratada.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A **CONTRATADA** inadimplente estará sujeita às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

20.2. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, aplicada de acordo com a gravidade da infração.

20.3. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

21. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

21.1. No decorrer da análise da demanda foi constatado que a necessidade deste serviço possui subespécies com atributos diferentes. Por conseguinte, constatou-se que a delimitação da necessidade em 4 (quatro) permitiria um atendimento mais adequado à especificidade de cada subespécie de evento. Ademais, tal solução evitaria a contratação de um serviço com rol mais amplo de bebidas e alimentos para eventos com necessidades mais enxutas.

Ante o exposto, a opção mais vantajosa nesta contratação é adotar o parcelamento do objeto, art. 23, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, realizando-se uma única licitação, na qual cada parcela do objeto seria adjudicada em itens distintos.

A solução eleita atende aos preceitos de eficiência na contratação pública, ao promover a concorrência, a redução de riscos, a melhoria na gestão do contrato, o estímulo à participação de empresas de diferentes portes e a racionalização dos gastos públicos – sem incidir nas objeções em relação às inviabilidades técnica e econômica – nos termos da justificativa apresentada no capítulo 16 - Parcelamento do Objeto, do Estudo Técnico preliminar.

22. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, visto que esta

deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato (Acórdão TCU 2002/2005), sendo que o serviço de fornecimento de café da manhã, *coffee break*, *welcome coffee e brunch* pode ser integralmente executado por única empresa, sem a necessidade de subcontratação para garantir a execução dos serviços.

23. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

23.1. É vedada a participação de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa - nos termos das justificativas apresentadas no capítulo 20 - Da vedação de consórcio, presente no Estudo Técnico Preliminar.

24. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

24.1. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

24.2. Não será admitida a participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados - nos termos das justificativas apresentadas no capítulo 22 - Da participação de cooperativas, presente no Estudo Técnico Preliminar.

25. DA ESCOLHA DA PROPOSTA

25.1. Para julgamento da proposta será adotado como critério o menor preço por item.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. Os recursos necessários à presente contratação correrão à do Programa de Trabalho (04.122.0002.2016 - Manutenção das Atividades Operacionais/ Administrativas), UG (200100 - SEFAZ), Natureza da Despesa (3390.39.27 Despesas com Fins Técnicos, Educativos, Culturais e Sociais).

27. ANEXOS

ANEXO A – Cardápio mínimos

ANEXO B – Dimensão das Mesas

ANEXO C – Planilha de Custos e Formação de Preços

ANEXO D – Acordo de Nível de Serviço

ANEXO E – Formulário Padrão de Ordem de Serviço

Elaborado:

Integrante Técnico: Richarde Pereira da Silva Júnior

ID Funcional: 51456370

COORDENADORIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – COOSC

Integrante Administrativo: Isabella Regina Gil

ID Funcional: 5125984-2

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS

Aprovado por: Karina Ferrarez Pessanha de Souza

ID Funcional: 5107257-2

COORDENADORA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

ANEXO A
CARDÁPIO

A CONTRATADA deverá fornecer o quantitativo necessário de alimentos, bebidas, material de apoio e pessoal para atender satisfatoriamente o número de pessoas previstas para cada dia e turno de evento, devendo compor o seu cardápio com no mínimo:

Café da Manhã
(15 até 200 participantes)

BEBIDAS	<ul style="list-style-type: none">· 1 tipo de suco;· leite;· café com e sem açúcar;

	<ul style="list-style-type: none">· achocolatado;· capuccino.· Água mineral sem e com gás· Refrigerante zero e normal – até 2 tipos de cada
COMIDAS	<ul style="list-style-type: none">· pães/torradas – até 4 tipos;· frios – 4 tipos· quente – 2 tipos;· bolo – até 2 tipos· Geleia – 1 tipo;· Pasta salgada – 1 tipo· bolos – 2 tiposrequeijão, manteiga, geleia

Coffee Break
(15 até 200 participantes)

--

BEBIDAS	<ul style="list-style-type: none"> · 2 tipos de sucos; · Café com e sem açúcar; · cappuccino; · Água mineral sem e com gás; · Refrigerante zero e normal – até 2 tipos de cada.
COMIDAS	<ul style="list-style-type: none"> · Minissalgados fritos – até 2 tipos; · Minissalgados assados – até 3 tipos; · Mini sanduíche – 1 tipo; · queijo minas; · bolo – 1 tipo; · pão de queijo; · doce – até 2 tipos; · outros – 1 tipo.

Welcome Coffee
(15 até 200 participantes)

BEBIDAS	<ul style="list-style-type: none"> · 2 tipos de suco · Água mineral sem e com gás; · Refrigerante zero e normal
COMIDAS	<ul style="list-style-type: none"> · Minissalgados fritos – até 2 tipos; · Minissalgados assados – até 3 tipos;

	<ul style="list-style-type: none"> · Minissanduíche – 1 tipo · Pães e torradas – até 4 tipos; · Frios – até 4 tipos; · Bolo – 1 tipo; · Doce – até 2 tipos; · Outros – 1 tipo.
--	--

Brunch
(15 até 200 participantes)

BEBIDAS	<ul style="list-style-type: none"> · 2 tipos de suco · café; · Água mineral sem e com gás · Refrigerante zero e normal – até 2 tipos de cada;

COMIDAS	<ul style="list-style-type: none"> · Minissalgados fritos – até 2 tipos; · Minissalgados assados – até 3 tipos; · Mini quiche – 1 tipo; · Torta salgada – 1 tipo cortada em quadradinhos; · Minissalada – 1 tipo; · Mini porção quente – 1 tipo; · Minissanduíche – até 2 tipos; · Bolo – 1 tipo; · Doces – até 2 tipos · Outros – 1 tipo
----------------	---

ITENS A SEREM OBSERVADOS NO CARDÁPIO

BEBIDAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBITEM	DESCRIÇÃO
01	REFRIGERANTE	01.1	Refrigerante de primeira linha sabor cola
		01.2	Refrigerante dietético de primeira linha sabor cola
		01.3	Refrigerante de primeira linha sabor guaraná
		01.4	Refrigerante dietético de primeira linha sabor guaraná
		01.5	Refrigerante de primeira linha sabor limão

		01.6	Refrigerante dietético de primeira linha sabor limão
02	SUÇO	02.1	Laranja
		02.2	Abacaxi
		02.3	Abacaxi com Hortelã
		02.4	Pêssego
		02.5	Maracujá
		02.6	Caju
		02.7	Melancia
		02.8	Goiaba
03	MINISSALGADOS FRITOS	03.01	Coxinha de frango com requeijão
		03.02	Rissole de queijo e presunto
		03.03	Rissole de frango
		03.04	Bolinha de queijo
		03.05	Bolinha de queijo com milho
		03.06	Croquete de carne
		03.07	Quibe
		03.08	Pastel de queijo
		03.09	Pastel de palmito
		03.10	Pastel de carne
04	MINISSALGADOS ASSADOS	04.01	Esfirra de carne
		04.02	Esfirra de requeijão
		04.03	Empadinha de frango
		04.04	pão de batata com calabresa
		04.05	Folhado de frango

		04.06	Folhado de palmito
		04.07	Cal zone de frango
		04.08	Calzone de queijo
		04.09	Calzone de presunto
05	QUENTES	05.01	Ovos mexidos
		05.02	Salsicha ao molho
06	MINI-QUICHE	06.01	Cebola
		06.02	Alho poró
		06.03	Quatro queijos
07	PÃO	07.01	Minipão francês
		07.02	Forma
		07.03	Brioche
		07.04	Torrada integral
		07.05	Torrada de pão francês
		07.06	Pão doce
08	FRIOS	08.01	Queijo muçarela
		08.02	Queijo prato

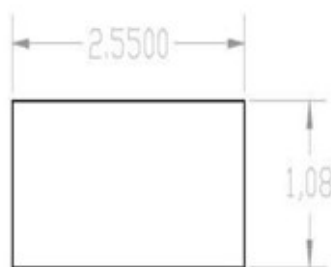
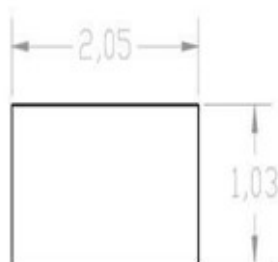
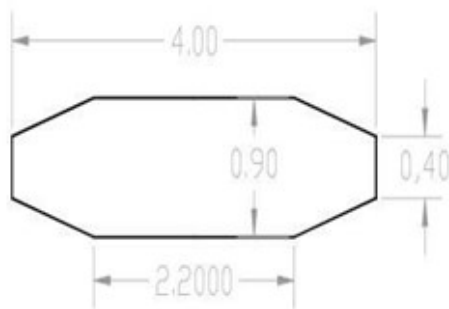
		08.03	Queijo minas frescal
		08.04	Presunto cozido
		08.05	Mortadela defumada
09	GELÉIA	09.01	Morango
		09.02	Ameixa
		09.03	Abacaxi
10	BOLO	10.01	Chocolate
		10.02	Laranja
		10.03	Cenoura com calda de chocolate
		10.04	Fubá
		10.05	Milho
		10.06	Inglês
		10.07	Limão
		10.08	Formigueiro
		10.09	Coco
11	PASTA SALGADA	11.01	Atum
		11.02	Gorgonzola
12	MINISSANDUÍCHE	12.01	Queijo prato com presunto no minipão francês
		12.02	Queijo muçarela, presunto, tomate e alface no minipão francês
		12.03	Peito de peru e requeijão no pão de forma
13	TORTA SALGADA (CORTADA EM QUADRADINHOS)	13.01	Frango
		13.02	Palmito
		13.03	Legumes
14	DOCE	14.01	Tortinha de limão
		14.02	Tortinha de maracujá
		14.03	Tortinha de morango
		14.04	Tortinha de chocolate
		14.05	Mousse de chocolate
		14.06	Mousse de limão
		14.07	Mousse de maracujá
		14.08	Brigadeiro de copinho

		14.09	Beijinho de copinho
15	MINISSALADA	15.01	Caprese
		15.02	Tropical (Kani, folhas verdes e manga)
		15.03	Salada ceasar
16	MINIPORÇÃO QUENTE	16.01	Escondidinho de frango
		16.02	Escondidinho de carne seca com requeijão

		16.03	Picadinho de carne
		16.04	Penne à bolonhesa
		16.05	Penne aos quatro queijos
		16.06	Creme de batata baroa com agrião
		16.07	Creme de beterraba com creme de leite
17	OUTROS	17.01	Mingau de milho
		17.02	Canjica
		17.03	Mini-Tapioquinha com coco
		17.04	Mini-Tapioquinha com manteiga
		17.05	Mini-Tapioquinha com queijo e presunto
		17.06	Mini-Tapioquinha com doce de leite

ANEXO B
DIMENSÃO DAS MESAS

MEDIDAS DAS MESAS DO 20º ANDAR:



ANEXO C

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT. DE PESSOAS	QUANT. MÁXIMA DE EVENTOS POR ANO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	Cafê da manhã	Por pessoa	200			
TOTAL DO ORÇAMENTO:						
OBSERVAÇÕES		Firma Proponente:				

<p>Este orçamento foi elaborado tomando-se por base as composições de custos de fornecimento, com mês de referência /_.</p>	<p>Assinatura do Responsável:</p> <p>Data: _/ _/</p>
---	---

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT. DE PESSOAS	QUANT. MÁXIMA DE EVENTOS POR ANO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	Coffee Break	Por pessoa	200			
TOTAL DO ORÇAMENTO:						
OBSERVAÇÕES			<p>Firma Proponente:</p> <p>Assinatura do Responsável:</p>			

<p>Este orçamento foi elaborado tomando-se por base as composições de custos de fornecimento, com mês de referência /_.</p>	<p>Data: _/ _/</p>
---	--------------------

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT. DE PESSOAS	QUANT. MÁXIMA DE EVENTOS POR ANO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	Welcome Coffee	Por pessoa	200			
TOTAL DO ORÇAMENTO:						

OBSERVAÇÕES Este orçamento foi elaborado tomando-se por base as composições de custos de fornecimento, com mês de referência /_..		Firma Proponente: Assinatura do Responsável: Data: _/_/
---	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT. DE PESSOAS	QUANT. MÁXIMA DE EVENTOS POR ANO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	Brunch	Por pessoa	100	5		

		TOTAL DO ORÇAMENTO:				
OBSERVAÇÕES Este orçamento foi elaborado tomando-se por base as composições de custos de fornecimento, com mês de referência /_..		Firma Proponente: Assinatura do Responsável: Data: _/_/				

ANEXO D

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. FINALIDADE

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada, bem como garantir a qualidade dos serviços e alcance dos resultados pretendidos com a contratação.

2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO

O Acordo de Nível de Serviço (ANS) é o mecanismo que define em bases compreensíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do

serviço e as respectivas adequações de pagamento com base nos resultados dos serviços efetivamente prestados, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência e o estímulo à melhoria constante dos serviços prestados.

As ocorrências encontram-se organizadas de acordo com o crescente nível de severidade, correspondentes ao eventual impacto que causariam à normalidade dos serviços prestados.

O não cumprimento pela contratada dos níveis mínimos de desempenho implicará em ajuste nos repasses devidos (glosas), realizadas de acordo com o valor da proposta, sem prejuízo da eventual aplicação das demais sanções administrativas previstas em tópico específico do Termo de Referência.

A avaliação da execução dos serviços será por meio do preenchimento do Relatório de Ocorrências, constante no item 7 deste Anexo, que será elaborado com base nos mecanismos previstos nos itens 5 e 6 do presente documento.

3. PERIODICIDADE

A avaliação será realizada **por serviço** pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

A Comissão de fiscalização do Contrato deverá elaborar relatório claro e objetivo, contendo as justificativas necessárias, a fim de subsidiar o acompanhamento sistemático da execução contratual.

4. INDICADORES

A avaliação da contratação de prestação de serviços de café da manhã, *welcome coffe* *coffee break* e/ou *brunch*, pelo período de 12 (doze) meses, se fará por meio de análise dos seguintes módulos:

- I. Regularidade no cumprimento de prazos;
- II. Cumprimento das obrigações;
- III. Disponibilização do cardápio mínimo fixado no Termo de Referência;
- IV. Disponibilização dos utensílios e materiais de apoio devidamente limpos, higienizados e em perfeitas condições de uso;
- V. Atendimento satisfatório aos participantes dos eventos.

5. MECANISMO DE CÁLCULO

O mecanismo de cálculo do percentual glosa a ser aplicado na fatura mensal será a quantidade de ocorrências registradas.

Na avaliação devem ser atribuídos ao **RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS** os conceitos “Críticidade baixa”, “Críticidade intermediária”, e “Críticidade alta”, equivalentes, respectivamente, aos valores 01 (um), 02 (dois) e 3 (três) para cada item avaliado, que será multiplicado pelo número de irregularidades registradas:

CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO	
NÍVEL	PONTUAÇÃO
Criticidade baixa	1 (um)
Criticidade intermediária	2 (dois)
Criticidade alta	3 (três)

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no mês de referência para pagamento, conforme tabela abaixo:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PAGAMENTO	
PONTUAÇÃO	FAIXA DE AJUSTE DO PAGAMENTO
0 a 3	Notificação, por escrito, para adequação. Pagamento integral da fatura.
3 a 10	Desconto de 5% sobre o valor total correspondente à referida ordem de serviço.
11 a 15	Desconto de 10% sobre o valor total correspondente à referida ordem de serviço.
16 a 20	15% sobre o valor total a ser pago na fatura mensal.
Acima de 20 pontos ou condutas classificadas com peso 3 reiteradas (mais de duas ocorrências)	Desconto de 20% sobre o valor total correspondente a fatura mensal e comunicação ao superior para análise da viabilidade de aplicação de penalidade, conforme a discricionariedade e proporcionalidade avaliadas pela autoridade competente.

5.1. A aplicação da glosa, conforme tratada no quadro acima, para fins de pagamento, será aplicada de acordo com a pontuação obtida no referido quadro.

6. AVALIAÇÃO:

Relação de ocorrências a serem utilizadas como forma de mensuração dos resultados obtidos na execução do objeto:

Descumprimento	Nível de Criticidade	Critério
Deixar de prestar o serviço no horário previsto.	3	Por evento
Permitir a presença de profissional não uniformizado/identificado adequadamente.	2	Por funcionário e por evento

Deixar de fornecer todo o material de apoio e equipamento de infraestrutura necessário ao atendimento da demanda.	3	Por evento
Deixar de apresentar a quantidade de funcionários suficiente para atendimento de cada evento, de modo que impacte na perfeita execução do serviço.	2	Por hora de evento
Deixar de ofertar o cardápio mínimo fixado no termo de referência e na proposta.	3	Por evento
Deixar de apresentar utensílios e materiais de apoio devidamente limpos, higienizados e em perfeitas condições de uso.	3	Por ocorrência
Deixar de manter as mesas, em que serão servidos as bebidas e os alimentos, limpas e organizadas durante os eventos.	2	Por hora de evento

Servir alimentos em quantidades inferiores ao atendimento satisfatório do número de participantes.	3	Por hora de evento
Servir bebidas em quantidades inferiores ao atendimento satisfatório do número de participantes.	3	Por hora de evento
Servir frios os alimentos cuja natureza assim o determinar que sejam servidos quentes.	3	Por ocorrência
Servir frias as bebidas cuja natureza determinar que sejam servidas quentes.	3	Por ocorrência
Servir quentes ou mornas as bebidas cuja natureza assim o determinar que sejam servidas geladas.	3	Por ocorrência
Deixar de substituir, no prazo fixado, alimentos que apresentem odor, cor e aparência de má qualidade de conservação, quando solicitado.	3	Por ocorrência

Deixar de substituir, no prazo fixado, material de apoio que apresente rachadura, quebra, arranhões, manchas, entre outros que possam afetar a qualidade da prestação dos serviços, quando solicitado.	3	Por ocorrência
--	---	----------------

7. MODELO EXEMPLIFICATIVO DO RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS

7.2 Após o fornecimento do serviço, a fiscalização informará a existência de ajuste no pagamento por meio da apresentação à Contratada do Relatório de Ocorrências, conforme modelo exemplificativo abaixo:

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS					
Mês de referência					
Item	Ocorrência	Critério	Pontuação	Número de irregularidades registradas	Pontuação total
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
08					
09					
10					
Total de pontos do período de referência					
Percentual de desconto na fatura mensal					
Assinatura dos fiscais do contrato Id funcional: Data:././					

A pontuação em cada um dos itens listados na tabela acima será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = IR \times PS$$

Onde:

P= Pontuação Final

IR= Número de irregularidades registradas PS=

Peso

7.3 O número de irregularidades registradas deverá levar em consideração a pontuação do respectivo item.

7.4 A pontuação final será o somatório das pontuações obtidas em cada um dos itens.

OBSERVAÇÕES:

a) As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços.

b) Mensalmente, após o último dia do mês, a Comissão de Fiscalização do Contrato deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do Acordo de Nível de Serviço, com base na(s) ocorrência(s) registrada(s) durante todo o mês.

c) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela **CONTRATANTE**, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.

d) O pagamento do mês de referência será efetuado em acordo ao cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço.

e) O valor mensal do pagamento será calculado mediante os serviços prestados de acordo com valores estabelecidos na proposta de preços, sendo devido somente os serviços efetivamente executados no mês.

f) A Nota Fiscal de cada mês será encaminhada pela Comissão de Fiscalização do Contrato ao Setor Competente junto com o formulário de ANS preenchido.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2023


Ass. e Carimbo – Fiscal do Contrato 1

Ass. e Carimbo – Fiscal do Contrato 2

Ass. e Carimbo – Fiscal do Contrato

ANEXO E - FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO


ORDEM DE SERVIÇO					
OS N°	DATA EMISSÃO	TIPO DE BUFFET	TOTAL DE CONVIDADOS	Processo n°	
000				Data de Abertura :	
LOCAL DO EVENTO:				Folhas:	
DATA DO EVENTO		MATERIAIS NECESSÁRIOS		NOTA EMPENHO	
		() Mesas e Cadeiras	() Tinas de gelo/isopor		

 <div> ANEXO II SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE </div>		Licitação por PREGÃO SEFAZ-RJ N.º 006/20023 A Realizar-se em: 14/11/2023 às 11h00min Requisição n.º PES 0051/2023, PES 0052/2023, PES 0053/2023 e PES 0054/2023. Processo n.º SEI-040177/000109/2023						
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do EDITAL n.º 0xx/20xx		CARIMBO DA FIRMA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA OFERECIDA	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
01	ID – 121806 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAFÉ DA MANHÃ. Código do Item: 0672.001.0012 VALOR TOTAL: R\$ VALOR TOTAL POR EXTENSO	POR PESSOA	200					
02	ID – 121807 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK. Código do Item: 0672.001.0013 VALOR TOTAL: R\$ VALOR TOTAL POR EXTENSO	POR PESSOA	200					
03	ID – 121808 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE WELCOME COFFEE. Código do Item: 0672.001.0014 VALOR TOTAL: R\$ VALOR TOTAL POR EXTENSO	POR PESSOA	200					
04	ID – 121809 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRUNCH. Código do Item: 0672.001.0015 VALOR TOTAL: R\$ VALOR TOTAL POR EXTENSO	POR PESSOA	200					
O detalhamento completo encontra-se discriminado no Termo de Referência (Anexo I), que passa a fazer parte integrante do edital.								



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

OBSERVAÇÕES: 1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá: - ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; 2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos; 3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas 4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.	<p>Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I).</p> <p>Validade da Proposta-Detalhe: 60 (sessenta) dias.</p> <p>Local de Entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo I)</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____ / ____ / 2023</p> <p>Firma Proponente</p>
<p>Data ____ / ____ / 2023</p> <p>_____ Firma Proponente - assinatura responsável</p>	

 <div>ANEXO II SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE</div>		Licitação por PREGÃO SEFAZ-RJ N.º 006/2023 A Realizar-se em: xx/xx/20xx às xxhxxmin Requisição n.º PES 0051/2023, PES 0052/2023, PES 0053/2023 e PES 0054/2023. Processo n.º SEI-040177/000109/2023						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA OFERECIDA	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
	DADOS BANCÁRIOS/LICITANTE BANCO BRADESCO S/A: CONTA CORRENTE N.º: AGÊNCIA: INFORMAÇÃO PARA FATURAMENTO: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CNPJ: 42.498.675/0001-52 INSC.: ESTADUAL: ISENTO END: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 670 – 11º ANDAR - RIO DE JANEIRO/RJ CEP 20071-001							
<p>Data ____ / ____ / 2023</p> <p>_____ Firma Proponente – assinatura responsável</p>								



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAFÉ DA MANHÃ, COFFEE BREAK, WELCOME COFFEE E BRUNCH, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, E A _____.

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por sua **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEFAZ**, situada à Avenida Presidente Vargas nº 670, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001, inscrita no CNPJ sob o n.º **42.498.675/0001-52**, representada neste ato por **pelo seu gestor, LEONARDO DAS NEVES CORRÊA**, identidade funcional nº **4385039-1**, inscrito no CPF sob o nº **054.243.667-16**, doravante igualmente denominado como **Autoridade Competente**, e a empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, resolvem, com fundamento no processo administrativo **SEI-040177/000109/2023**, celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAFÉ DA MANHÃ, COFFEE BREAK, WELCOME COFFEE E BRUNCH, A FIM DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS A CONTAR DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**, o qual será regido pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações; da Lei estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979; dos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010; do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

incondicionalmente; bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de *prestação de serviços de café da manhã, coffee break, welcome coffee e brunch, a fim de realização de eventos a contar das necessidades da Administração*

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto será executado segundo o regime de execução de **empreitada por preço unitário**, nos termos do art. 6, VIII, alínea “b” da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A contratação prevê uma **estimativa** de 5 (cinco) eventos ao ano para cada tipo de serviço, podendo variar para mais ou para menos, tendo de 15 (quinze) participantes, no mínimo, e até 200 (duzentos), no máximo, de acordo com a necessidades da SEFAZ, respeitando-se as condições, especificações e quantidades contidas no Anexo I – Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A SEFAZ/RJ solicitará o serviço, preferencialmente por meio eletrônico, com prazo mínimo de antecedência a depender da quantidade de pessoas participantes do evento (conforme tabela abaixo), garantindo o local adequado ao trabalho da empresa contratada e indicando o responsável pelo evento.

QUANTITATIVO DE PESSOAS	PRAZO MÍNIMO
Até 50 pessoas 3 (três) dias úteis	Até 50 pessoas 3 (três) dias úteis
Até 100 pessoas 4 (dias) dias úteis	Até 100 pessoas 4 (dias) dias úteis
Até 200 pessoas 5 (cinco) dias úteis	Até 200 pessoas 5 (cinco) dias úteis

PARÁGRAFO QUARTO - A duração do evento variará de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, não compreendendo o período de montagem/arrumação dos alimentos e bebidas. O número de participantes e horário de cada evento serão diversificados, de modo a atender às necessidades da



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

SEFAZ/RJ.

PARÁGRAFO QUINTO - A contratada deverá fornecer o quantitativo necessário de alimentos, bebidas, material e pessoal de apoio, a fim de atender de forma satisfatória aos participantes dos eventos, elaborando os cardápios de acordo com a quantidade de participantes. A contratada deverá repor, durante todo o evento, os itens ofertados do cardápio.

PARÁGRAFO SEXTO – A organização do evento será realizada pela CONTRATADA diretamente no local designado, com antecedência mínima de 2 (duas) horas, conforme orientações da Coordenadoria de Serviços Compartilhados enviadas pelo endereço de e-mail: servicoscompartilhados@fazenda.rj.gov.br, a fim de que o serviço esteja disponível no horário programado.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O material para uso no serviço será fornecido pela CONTRATADA, padronizado, limpo e sem qualquer defeito, incluídos todos os que sejam necessários para a boa execução do serviço, sendo exigido o fornecimento de, no mínimo:

- a) Os apetrechos em metal, tais como, talheres de mesa e de serviço, bandejas, baixelas, travessas, bules, açucareiros, porta-adoçantes e garrafas térmicas, dentre outros, deverão ser em “inox”, modelo liso, sem ornamentos excessivos;**
- b) Jarras para sucos e os copos de mesa em vidro fino, incolor e liso, sem ornamentos;**
- c) Louças, tais como: pratos, xícaras de chá, pires etc, deverão ser em porcelana branca, fina, lisa, sem quaisquer ornamentos;**
- d) Toalhas e sobre toalhas em algodão, lisas, na cor branca ou em tons pastéis, sem desenho ou estampas;**
- e) Guardanapos de papel, brancos, lisos, sem estampas ou desenhos e de boa qualidade;**
- f) Caixa térmica para manter as bebidas geladas; Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Subsecretaria de**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Administração;

- g) Porta guardanapos;**
- h) Sachês de açúcar e de adoçante; i) Palhetas descartáveis para café/chá;**
- j) Copo térmico descartável de 120ml para café/chá;**
- k) Pratos de sobremesa descartáveis;**
- l) Colheres e garfos de sobremesa descartáveis.**

PARÁGRAFO OITAVO – Os alimentos deverão ser transportados bem-acondicionados, em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação e validade até o momento de serem consumidos.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos na mesa, em quantitativo necessário para a execução do serviço na data, horário e local dos eventos.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O serviço deverá ficar disponível para os participantes durante todo o período avençado, com reposição dos itens constantes do cardápio específico do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses, contados da data publicação do respectivo extrato na imprensa oficial**, contanto que a data da publicação seja posterior à data da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no presente instrumento contratual;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da Cláusula Oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
- o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- p) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - I - até 200 empregados.....2%;
 - II - de 201 a 500..... 3%;
 - III - de 501 a 1.000.4%;
 - IV - de 1.001 em diante5%.
- q) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- r) a **CONTRATADA** deverá observar as normas de higiene e acondicionamento dos alimentos, prazo de validade, temperatura, embalagem e manuseio, conforme consta da RDC nº 216, de 15 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Sanitária (ANVISA).

s) A CONTRATADA deverá fazer amostragem do objeto como forma de garantia da qualidade dos produtos fornecidos, bem como a conformidade com as exigências legais de higiene, composição e classificação do produto.

t) A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto Estadual nº 43.629/2012, no que couber.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o **corrente exercício de 2023**, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3390.39.27

Fonte de Recurso: 200100

Programa de Trabalho: 04.122.0002.2016

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas ao(s) exercício(s) subsequente(s) correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do **Anexo I – Termo de Referência** e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do CONTRATANTE especialmente designado(s) pelo Ordenador de Despesas, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, deverá ser realizado no momento da entrega, em cada um dos dias de realização do evento, no local indicado no subitem 6.1 do Termo de Referência, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 72 (setenta e duas) horas, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, a comissão comunicará o fato à autoridade superior, em até 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

PARÁGRAFO QUINTO – A comunicação com a CONTRATADA poderá ser realizada por meio telefônico e posteriormente formalizada por escrito; ou por escrito, através de carta ou e-mail institucional.

PARÁGRAFO SEXTO – Ao fiscal designado pela SEFAZ-RJ caberá o ateste das faturas dos serviços, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Anexo I –



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Termo de Referência e seus anexos, bem como na Proposta Detalhe.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a SEFAZ/RJ reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, sem que isso restrinja de qualquer forma a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATANTE adotará Acordo de Nível de Serviço (ANS) como instrumento para avaliação e controle da qualidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA (ANEXO I.D – Acordo de Nível de Serviço), respeitando-se os termos da Resolução SEPLAG nº 843, de 28 de dezembro de 2012, de modo que:

I - a prestação de serviço deverá ser monitorada para a avaliação da sua execução pela Comissão de Fiscalização do Contrato; e

II - haverá dedução no valor da remuneração da CONTRATADA, caso prazos e critérios definidos no ANS não sejam atendidos – sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando-se a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO– A CONTRATANTE não se responsabilizará por itens de propriedade da CONTRATADA durante os eventos ou que, porventura, sejam deixados ou esquecidos no local dos eventos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando-se o prazo de 10 (dez) dias para a demonstração cabal do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial, o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para se dar início ao procedimento de rescisão contratual e aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____) **por participante e conforme o serviço prestado, devendo o pagamento ser efetuado** diretamente na conta corrente nº __, agência __, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira **CONTRATADA** pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira **CONTRATADA** pelo Estado, ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira **CONTRATADA** pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei Estadual nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à **Comissão de Fiscalização de Contratos, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 670, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ**, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, **o pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato **imputável** à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira **pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE**, assim como de juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será dotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a CONTRATADA não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os valores relativos aos serviços prestados serão faturados considerando-se o cumprimento do acordo de nível de serviço previsto no ANEXO LD – Acordo de Nível de Serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O pagamento devido à CONTRATADA não excederá os valores apresentados em sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

Fica dispensada a prestação de garantia para a execução serviço contratado, com base no disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, em face da baixa complexidade do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da **CONTRATADA** multa de **até 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas da **CONTRATANTE**, verificadas pela



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o CONTRATADO estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até **5% (cinco por cento)** sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, danota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecera juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em ____ de ____ de ____.

LEONARDO DAS NEVES CORRÊA
Gestor do Fundo Especial de Administração Fazendária - FUNEAF
Ordenador de Despesas

CONTRATADA
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27 DA LEI Nº 8.666

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ nº 006/2023**

_____, inscrito no CNPJ nº _____,
por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF nº _____, DECLARA, para fins para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito
anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

Observações:

- (1) em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima
- (2) emitir em papel que identifique a **licitante**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO V

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ nº 006/2023

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

..... (razão social do licitante), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 12.2.5 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

- Emitir em papel timbrado da empresa.
- Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO VI

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ n.º 006/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE],
como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE]
(doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item 14.3 do Edital [COMPLETAR
COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do
Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante] e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de [ÓRGÃO LICITANTE] antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, de _____ de _____.

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM
IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro(a)

a/c Sr.(a)

Presidente da Comissão da Licitação ou Pregoeiro(a)

Ref. Pregão Eletrônico nº 006/2023

(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a)_____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, portador(a) da cédula de identidade nº_____, expedida por_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Rio de Janeiro ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/CNPJ)